

## **Argentina: a escolha necessária**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

O relançamento pelo presidente da República, em Buenos Aires, da ideia de aprovar-se emenda constitucional que permita a reeleição de ocupantes de cargos executivos, ofuscou o interesse da visita à Argentina sob a ótica diplomática. Entretanto, as relações bilaterais com a Argentina pareceram indicar a necessidade de um ajuste por parte do Brasil e, em consequência, de uma visita mais fértil sob o ponto de vista da política externa brasileira.

Não se trata de questionar os fundamentos que viabilizam a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), uma conquista de grande importância por suas implicações econômicas e também porque cria as condições necessárias à manutenção do bom relacionamento político entre Brasil e Argentina, tão difícil no passado. Mas o sucesso do Mercosul tem sido temperado por dificuldades bilaterais que não podem ser ignoradas, pois configuram um padrão insatisfatório de relacionamento e podem perturbar a integração.

É notória a ansiedade com que o governo argentino tem buscado a aprovação norte-americana às suas políticas. Há alguns anos, esse desejo argentino alcançou seu auge com a menção, pelo chanceler argentino, às “relações carnavais” que deveriam caracterizar o intercâmbio entre Argentina e EUA. Desde então, essas inclinações foram atenuadas pela reavaliação de que não seria provável que bom comportamento fosse premiado com absorção pelo Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), no médio prazo. Foi possível então ao Brasil manter o interesse argentino em um formato de negociações em que o Mercosul se apresentasse em bloco. No quadro da integração hemisférica, a política brasileira sublinha a necessidade de uma abordagem calcada nas iniciativas sub-regionais, evitando um formato de negociações, patrocinado, pelos EUA, de ampliação do Nafta.

A essa diferença de enfoque somaram-se fricções bilaterais. Antes da estabilização da moeda brasileira, o ministro da Economia argentino não relutou, em diversas ocasiões, em colocar-se em posição abertamente crítica à política econômica brasileira. Os tropeços continuaram com a resistência argentina em apoiar o candidato brasileiro à direção da Organização Mundial de Comércio (OMC). As negociações de um acordo inicial entre a União Europeia (UE) e o Mercosul propiciaram outro assombroso comentário oficial de que os argentinos sentir-se-iam “mais europeus do que latino-americanos”. Frase que fortalece preconceitos sobre a volatilidade argentina, não ganha amigos na Europa e fortalece a resistência à integração sub-regional no Brasil.

Também em relação ao interesse brasileiro em um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas já houve desacerto entre Brasília e Buenos Aires e há potencial para muito mais. É compreensível que a Argentina prefira um sistema rotativo para essa expansão, já que o pleito por posição permanente parece irrealista, seja pelo porte dos demais excluídos, seja por restrições específicas de atuais membros do Conselho de Segurança. Mas uma atitude contrária, em qualquer cenário, a eventual postulação brasileira por uma posição permanente parece de difícil conciliação com a aproximação política recente. Não é que o Brasil seja completamente inocente no que tange à criação de embaraços bilaterais. Esses, entretanto, têm sido,

primordialmente, de cunho comercial, na esteira da reversão da abertura brasileira. Há também registro mais recente de dissabor argentino com os entendimentos bilaterais entre Washington e Brasília, antes da recente reunião de Cartagena, sobre diferenças de posição quanto à integração hemisférica.

É natural que a Argentina resista à ideia de que sua posição em relação ao Brasil guarde semelhança com a do Canadá em relação, aos EUA. Mas, em contrapartida, as aspirações paritárias, percebidas regularmente nas disposições argentinas, não encontram amparo nos fatos, em especial a grande disparidade no tamanho das economias e a assimetria de benefícios com a integração. É importante que a atitude argentina não contribua para que prospere qualquer dúvida, no Brasil, quanto aos benefícios líquidos da integração.

Seria razoável esperar que a visita presidencial tivesse ensejado ações que contribuíssem para o esclarecimento de pontos obscuros nas relações bilaterais. Mas fora entusiasmos protocolares e manifestações quanto à política interna brasileira, o único fato relevante foi a pouco feliz declaração presidencial brasileira de que enquanto “os chilenos são primos, os argentinos são primos-irmãos”. Há uma assimetria nas percepções de Brasília e Buenos Aires quanto à natureza das relações econômicas com os EUA, particularmente quanto ao escopo e cronograma das negociações referentes à integração hemisférica. O Brasil já manifestou que considera prematuras negociações substantivas referentes à integração hemisférica sem que o Mercosul esteja mais consolidado. Que Washington tenha dificuldade em aceitar essa posição se compreende, mas as resistências argentinas são surpreendentes. Tal como no caso das políticas macroeconômicas, não parece razoável supor que as políticas brasileiras sejam formuladas tendo como objetivo prioritário os interesses argentinos. O equilíbrio de longo prazo das relações entre Argentina e Brasil depende, crucialmente, de a Argentina saber conciliar seus objetivos de política externa com seus interesses econômicos principais.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.